

CAISAN
CÂMARA INTERSECRETARIAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E
NUTRICIONAL

PLANO MUNICIPAL DE SEGURANÇA
ALIMENTAR E NUTRICIONAL
2017 – 2020



BARRAÇÃO - PARANÁ

APRESENTAÇÃO

O Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Renascença, tem como objetivo garantir o acesso de todos a alimentos saudáveis e a água por intermédio de ações que facilitem a produção e o abastecimento, com o fortalecimento da agricultura familiar, a política de educação alimentar e nutricional e da disseminação de equipamentos de alimentação e nutrição.

Em 2014, instituímos os componentes municipais do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) no município de Barracão, com a aprovação da Lei nº 2.017/2014, que coloca a obrigatoriedade de, progressivamente, o município garantir ações que corroboram com a SAN e o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA). Nesse mesmo ano foi criado o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – COMSEA – Barracão. E, além disso, sob o decreto 298/2014 criou-se a Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (Caisan). Ações que foram fundamentais para a adesão do município ao SISAN, (Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional) do governo federal e comprometendo-se, assim, de elaborar e lançar o Plano de SAN.

Entre as diretrizes do plano, está o fortalecimento das políticas de transferência de renda, políticas da agricultura e meio ambiente, políticas da educação e políticas da saúde entre outras. Também prevê a promoção de garantia de mercado para produtos da agricultura familiar por meio do Programa de Aquisição de Alimento (PAA), do Programa Nacional de Alimentação escolar (PNAE) entre outras políticas.

O presente Plano Municipal de Segurança alimentar e Nutricional aborda a contextualização e diagnóstico do Município, apontando índices que foram levados em conta na sua construção.

Sendo assim, o plano configura-se em um instrumento que possibilita a efetivação das ações garantindo avançar e compreender a importância da intersetorialidade nesta política pública.

CAPITULO I

1. CONTEXTUALIZAÇÃO

1.1 O MUNICÍPIO

Segundo historiadores brasileiros, o nome Barracão deriva-se do “Acampamento Entrincheirado”, construído em 1636 pelas Bandeiras Paulistas. Já os historiadores platinos afirmam que o Barracão originou-se de “Acampamento Fortificado”, pois haviam fortificações construídas por uma redução jesuítica, com vistas para todas as direções, para observar os bandeirantes portugueses que passavam nestas terras.

Este nome ficou tão forte e enraizado, que por quase três séculos (1936 a 1903), toda a região da tríplice fronteira (Barracão, Dionísio Cerqueira e Bernardo de Irigoyen) era chamada de Barracão.

Em 1903 o povoado foi elevado à categoria de Vila com o nome de Barracão, até 31 de março de 1953, quando o então distrito chamado Barracão do lado catarinense passa a ser denominado Dionísio Cerqueira, ficando definitivamente o nome Barracão para o lado paranaense.

A história do município de Barracão na verdade começa a partir de 1903 com a fundação de uma vila que seria chamada de Peperi-Guaçu, no Estado do Paraná, mas em sua fundação por aclamação dos presentes deu-se o nome de Dionísio Cerqueira, em homenagem aos feitos deste General. Barracão, desmembrado de Clevelândia, foi criado através da Lei Estadual nº 790 de 14 de novembro de 1951. Nas terras pouco conhecidas, reinavam ainda as florestas e a fauna típica da região.

Em 1903 Barracão era rico em erva-mate e pinhais. Suas terras eram férteis, produtivas e de fácil apropriação. Sabendo desse “oásis”, muitas famílias de colonos oriundos especialmente do Rio Grande do Sul, migravam para Barracão, trazendo consigo a mesma esperança acalentada por seus avós, quando vieram da Itália e da Alemanha para o Brasil. Tudo era enfrentando com coragem, na esperança e expectativa de começarem vida nova em terras férteis e de abundantes colheitas.

Os colonos exploravam a madeira, faziam queimadas, construíam suas casas, plantavam trigo, feijão, milho, mandioca e mais tarde criaram porcos. Abriam bodegas, comércio e fundaram igrejas. Onde antes as terras de pinhais não tinham valor, agora os pinheiros passaram a ser materiais muito cobiçados e valiosos.

Ao mesmo tempo em que se desenrolavam ações possessórias diversas, as mesmas partes se envolviam em conflitos e invasões de terras. Quando a terra já era povoada por posseiros titulares, e o município se constituía por uma população de 22 em torno de dez mil habitantes, instalou-se na região uma colonizadora denominada Erechim. Esta Companhia encontrou forte oposição dos colonos que não se sujeitavam às suas exigências. Várias famílias foram expulsas das terras que ocupavam e muitas morreram em combate entre jagunços e posseiros. Companhias como a Congo, Citla e Getsop atuaram na região para fazer a ocupação das terras do sudoeste do Paraná, abrangendo o território de Barracão. A intervenção do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), desapropriando as terras e emitindo títulos de propriedades em favor dos respectivos ocupantes dos lotes rurais, veio amenizar a grave questão agrária existente, associada a muito suor e sangue.

A vida social das poucas famílias que habitavam a Tri-Fronteira, no tempo da fundação da vila e as primeiras quatro décadas posteriores, se resumia em passeio a cavalo, bailes e carneiradas, não faltavam bons e animadores gaiteiros e guitarristas. Mais tarde, com a fundação do Clube Aéreo Esportivo Independente em 1949, surgem os bailes de gala, os carnavais da fronteira, bem como jogos e competições futebolísticas. Era costume, em dias de festa religiosa, rezar um terço do rosário e participar de procissões, que iam de uma igreja a outra, da Argentina ao Brasil.

Na época da fundação, eram poucos os moradores da Tri-Fronteira. Existiam umas sete a oito casas do lado brasileiro. Somente com incremento do comércio da erva-mate é que outras famílias de funcionários e até professores começaram a aparecer.

Com cerca de 9 (nove) mil habitantes e uma área territorial de 164 km², Barracão localiza-se no sudoeste do Paraná faz a tríplice fronteira com Argentina, Santa Catarina e Paraná. O nome da cidade foi escolhido devido ao

nome de uma hospedaria construída no povoado e que servia de local de pouso e descanso de tropeiros.

A posição estratégica de Barracão faz com que o município sirva como um importante fluxo de turistas provenientes de outras cidades da região Sul do Brasil, tal como o fato de oferecer paisagens e a história de seus habitantes, aliados a uma pitoresca cultura e hospitalidade da população.

Localizada a 540 (quinhentos e quarenta) quilômetros de Curitiba, Barracão possui atividades de inclusão de agricultores nos programas do governo, que visam o fortalecimento e sustentabilidade dos proprietários rurais da cidade. Na área de Educação a administração da cidade está sempre atenta aos serviços prestados aos alunos, por isso desenvolve atividade de capacitação e apoio pedagógico à população. Preocupada ainda com a questão ambiental, a cidade desenvolve trabalhos de reflorestamento e preservação da nascente do Rio Capanema, com o intuito de conscientizar e preservar os bens naturais do local.



Fonte: Prefeitura Municipal de Barracão- PR.

1.2 Aspectos Históricos

Em 1903, quando o chefe da Comissão de Demarcação do limite entre Brasil e Argentina, o General Dionísio Cerqueira, fundou um povoado próximo

aos Rios Capanema e Peperi- Guaçu. O primeiro morador da localidade foi Misael Siqueira Bello, que ajudou no desenvolvimento local e posteriormente tornou-se o primeiro prefeito do Município de Barracão. Quando as terras da região começaram a apresentar fertilidade e grande quantidade de madeira, colonos vindos do Rio Grande do Sul e Santa Catarina iniciaram ali a extração de madeira, erva mate, cultivo de cereais, fumo e cana de açúcar. Na época havia uma questão de limites entre os Estados de Santa Catarina, que foi resolvida em 1916, onde Barracão foi dividido em dois, ficando os Estados separados apenas por uma linha divisória.

A parte do Paraná continuou sendo denominada Barracão e a parte de Santa Catarina foi denominada Dionísio Cerqueira. Separada pelo Rio Peperi-Guaçu uma 24 cidade foi fundada do lado argentino, recebendo o nome de Bernardo Irigoyen. Barracão tornou-se município no ano de 1951.

1.3 Consórcio Intermunicipal da Fronteira – CIF

De acordo com Souza (2009), a região de fronteira brasileira foi estabelecida com o nome de Faixa de Fronteira em 1974, delimitada a 150 km a partir do limite internacional, respeitando o recorte municipal. A criação desse território deu-se a partir da ótica da segurança nacional, sendo até hoje um espaço carente de políticas públicas consistentes que promovam o desenvolvimento (Machado, 2005).

As cidades de Dionísio Cerqueira, Barracão e Bernardo de Irigoyen apresentam uma intensidade de relações sociais, políticas e econômicas. Num espaço urbano de aproximadamente 1.561 km², estas cidades trigêmeas são divididas por ruas — limites internacionais, estaduais e municipais — formando uma conturbação de fronteira seca. Cabe salientar que mesmo Bom Jesus do Sul (PR), se situando a 9 km da fronteira, vincula-se diretamente às cidades trigêmeas devido à proximidade territorial direta com Barracão.

Devido a estas características, tal fronteira seca é única no Brasil, pois une os limites entre dois países, três estados e três cidades de municípios diferentes. Por esta questão, há uma preocupação dos estados do Paraná e de Santa Catarina com a integração e o desenvolvimento da região que faz fronteira com a Argentina, no sentido de construir alternativas para a

dinamização dessa área. Ou seja, com os processos de integração regional em curso, a fronteira tornou-se um foco interessante para a agenda econômica e política.

Aliada a este fator encontra-se a retomada das relações institucionais no atual momento do Estado, por meio do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira (PDFF), gerenciado pelo Ministério da Integração Nacional (MIN), que fornece uma nova perspectiva para o desenvolvimento de projetos visando à integração entre as fronteiras do Brasil e da Argentina, considerando a complexidade das relações que se observam nesses espaços. Pela situação de convivência atípica das populações destas cidades, como estar na Argentina e estar no Brasil simultaneamente, já que existem apenas ruas que as separam, o poder público percebeu ser necessário promover a integração das áreas transfronteiriças com as regiões do entorno em todos os lados da fronteira.

Assim, um dos objetivos centrais do poder público municipal e estadual visa à distribuição de oportunidades de desenvolvimento, por meio da alavancagem de economias de aglomeração que favoreçam a dinamização do espaço regional transfronteiriço como um todo.

Para tanto, visando à integração na fronteira foi que, em abril de 2009, surgiu o Consórcio Intermunicipal da Fronteira (CIF) como uma associação pública, de direito público, criado com o objetivo de desenvolver propostas ou projetos de desenvolvimento voltados para os municípios do Oeste Catarinense, Sudoeste do Paraná e Extremo Oriente de Misiones na Argentina. Esta união entre os municípios de Barracão (PR), Bom Jesus do Sul (PR), Dionísio Cerqueira (SC) e Bernardo de Irigoyen (Misiones) da Argentina como parceiro informal foi motivada pela revitalização dessas regiões, cuja meta principal era promover o desenvolvimento regional (CIF, 2011).

No dia 13 de janeiro de 2009, formalizou-se um Protocolo de Intenções de criação do CIF, que foi publicado em 12 de fevereiro do mesmo ano. Na sequência, cada município formalizou sua intenção de participar do consórcio e foram criadas as leis municipais que autorizavam o município a integrar o consórcio, sendo elas: Lei Municipal no 335/2009, publicada em 17 de fevereiro de 2009 (Bom Jesus do Sul — PR); Lei Municipal no 3.896/2009, publicada em 3 de março de 2009 (Dionísio Cerqueira — SC); Lei Municipal no 1.719/2009,

publicada em 11 de março de 2009 (Barracão — PR). Destaca-se que institucionalmente o CIF foi criado como um Consórcio Intermunicipal que abrange os municípios de Barracão (PR), Bom Jesus do Sul (PR) e Dionísio Cerqueira (SC), conforme disposto no art. 1º de seu Estatuto do Consórcio Intermunicipal (2011). Por isso, Bernardo de Irigoyen (Misiones) da Argentina é tido como um parceiro informal porque somente o último prefeito (intendente) manifestou interesse em participar do CIF, sendo este ainda um processo incipiente de acordo entre países.

O Estatuto do CIF foi aprovado na Assembleia Geral que ocorreu no dia 9 de abril de 2009, quando também ocorreu a eleição da primeira diretoria, que tem vigência de um ano. Em 14 de maio de 2009, o CIF foi inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), sendo nessa mesma data publicado o estatuto que rege as atividades do mesmo. Conforme dados documentais, a iniciativa da implantação do CIF começou em meados de 2008, adquirindo contornos finais em menos de um ano.

A proposta de discussão de acordos entre os municípios se iniciou em meados de 2000, a partir de reuniões e encontros de cunho político e técnico tanto dos Estados do Sul do Brasil, acompanhados do Mato Grosso do Sul (integrantes do Conselho de Desenvolvimento da Região Sul), quanto das províncias do Nordeste argentino (Comisión Regional de Comercio Exterior del NEA — Crecenea-Litoral). Um resultado foi o Projeto Crecenea-Codesul, com diagnósticos socioeconômicos e acordos sobre questões pontuais, as de maior destaque vinculando-se aos problemas de infraestrutura (Lins, 2012).

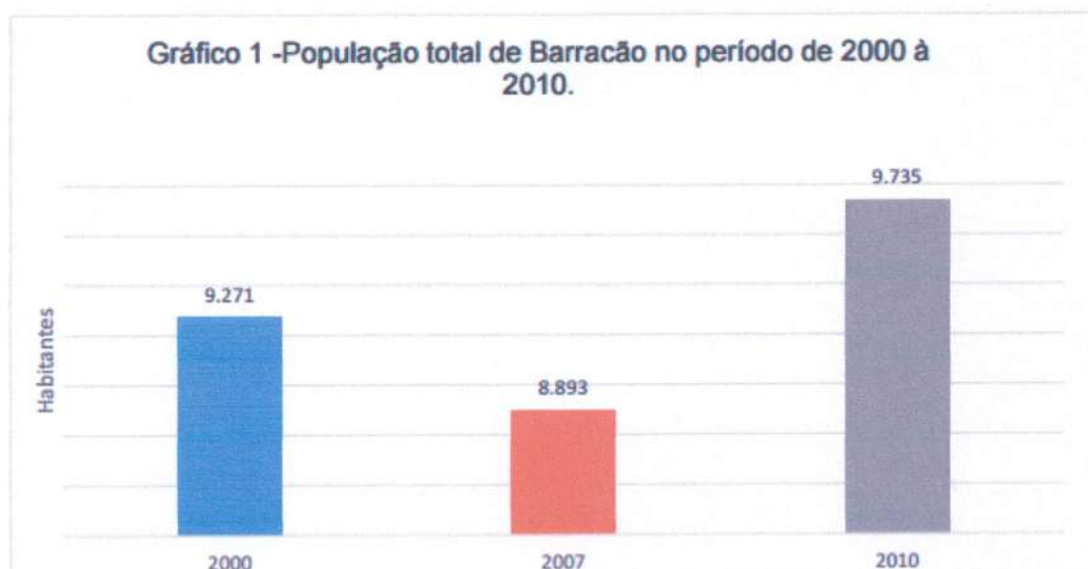
1.4 - Aspectos Geográficos

O Município se estende por 171,8 km² e contava com 9.737 habitantes no último censo de 2010. A densidade demográfica é de 56,7 habitantes por km² no território do município. Vizinho dos municípios de Dionísio Cerqueira, Santo Antônio do Sudoeste e Bom Jesus do Sul. Barracão situa-se a 54 km ao Norte oeste de São Miguel do Oeste a maior cidade nos arredores. Situado a 802 metros de altitude, de Barracão as coordenadas geográficas do município Latitude: 26° 15' 6" Sul Longitude: 53° 38' 1" Oeste.

O Município de Barracão possui um clima Subtropical com temperatura média anual de 21°C, podendo em seus verões chegar a temperaturas em torno do 30°C, ainda caracterizando a estação como moderada. Durante o inverno os termômetros chegam a marcar temperaturas a baixo de 0°C, o que torna o inverno muito rigoroso. Possuindo seu período de chuva bem distribuído ao longo do decorrer do ano, com uma pluviosidade anual de 1000 mm. O município encontra-se dentro da região de vegetação denominada Mata das Araucárias, observando a imponente Araucária, Erva Mate, a Imbuia e Canela.

1.5 - Aspectos Populacionais

Segundo o Censo Demográfico realizado em 2010, a população do Município de Barracão apresentou um crescimento de 4,6%, comparado com a estimativa de população de 2007. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística 27 (IBGE), em 2010 a população da cidade alcançou o número de 9.735 habitantes, o equivalente a 0,0009% da população do Estado do Paraná. O gráfico a seguir demonstra a evolução populacional do município nos últimos Censos.

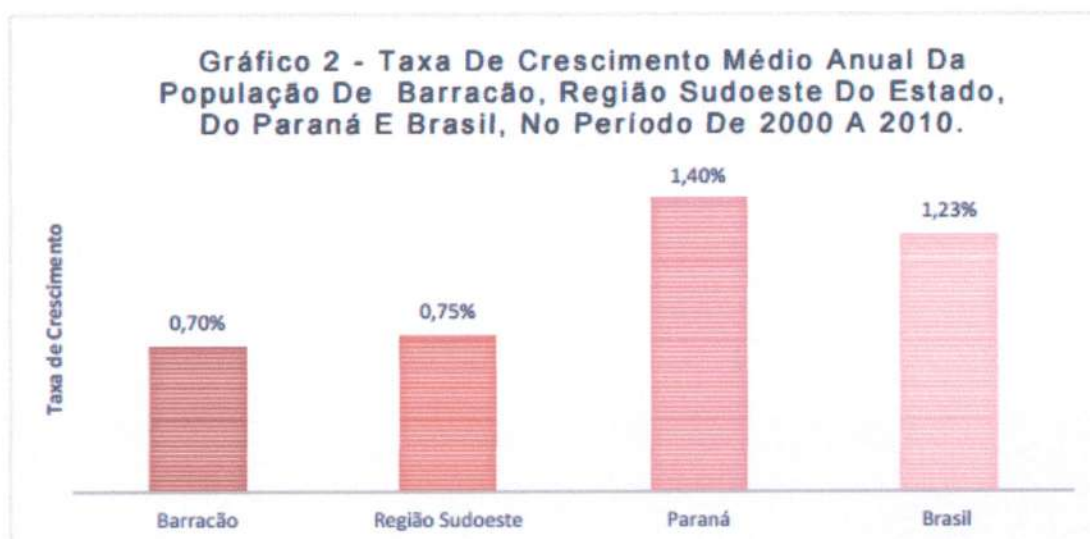


Fonte: IBGE, Diretoria de Estatísticas, Geografia e Cartografia, 2010.

Nota: Censos Demográficos, 2000, 2007, 2010.

Ao observar os dados acima, evidencia-se que houve um aumento populacional no período de dez anos, situação diversa da maioria dos

pequenos municípios. É o que mostra o gráfico a seguir, com base nos dados do IBGE, referindo-se a média anual de crescimento da população do município, da Região, Estado e do País.



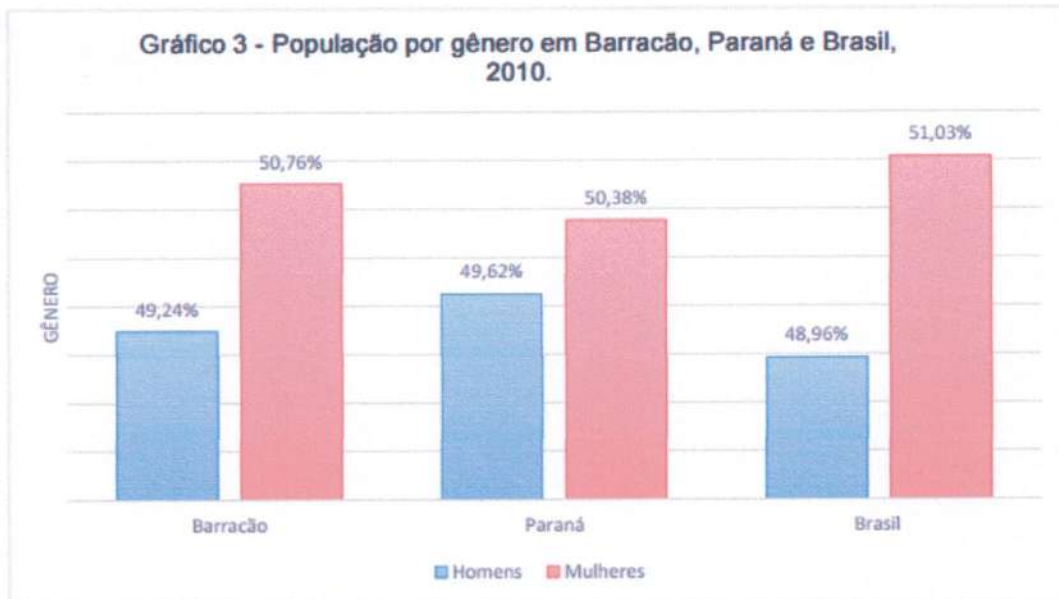
Fonte: Resultados elaborados com base nos dados do IBGE, apoiados nos Censos Demográficos, 2000 e 2010.

A distribuição populacional por gênero, segundo dados do IBGE extraídos do Censo Populacional 2010, apontou que, no município, os homens representavam 49,24% da população e as mulheres, 50,76%. A tabela e o gráfico a seguir apresentam a evolução populacional do município, segundo gênero e localização do domicílio.

Tabela 1 – Participação relativa da população residente por localização do domicílio e gênero, em Barracão, Paraná, no período 2000 a 2010.

Ano	Gênero		Localidade	
	Homens	Mulheres	Urbana	Rural
2000	4.565	4.706	5.825	3.446
2007	4.379	4.514	6.307	2.586
2010	4.794	4.941	7.008	2.727

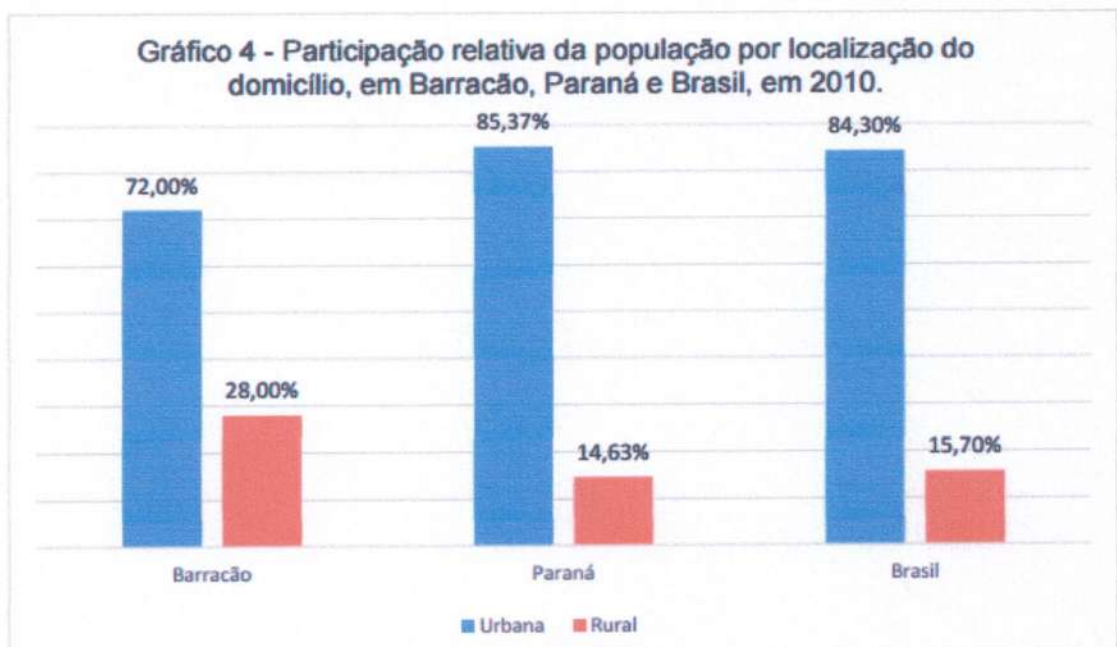
Fonte: Resultados elaborados com base nos dados do IBGE, 2010.



Fonte: Resultados elaborados com base nos dados do IBGE, 2010.

Conforme aponta o gráfico anterior, em 2010, o número de mulheres do município estava acima da média estadual em 0,38% e o de homens, 0,38% abaixo.

O gráfico a seguir compara o percentual da população urbana e rural de Barracão, Paraná e Brasil.

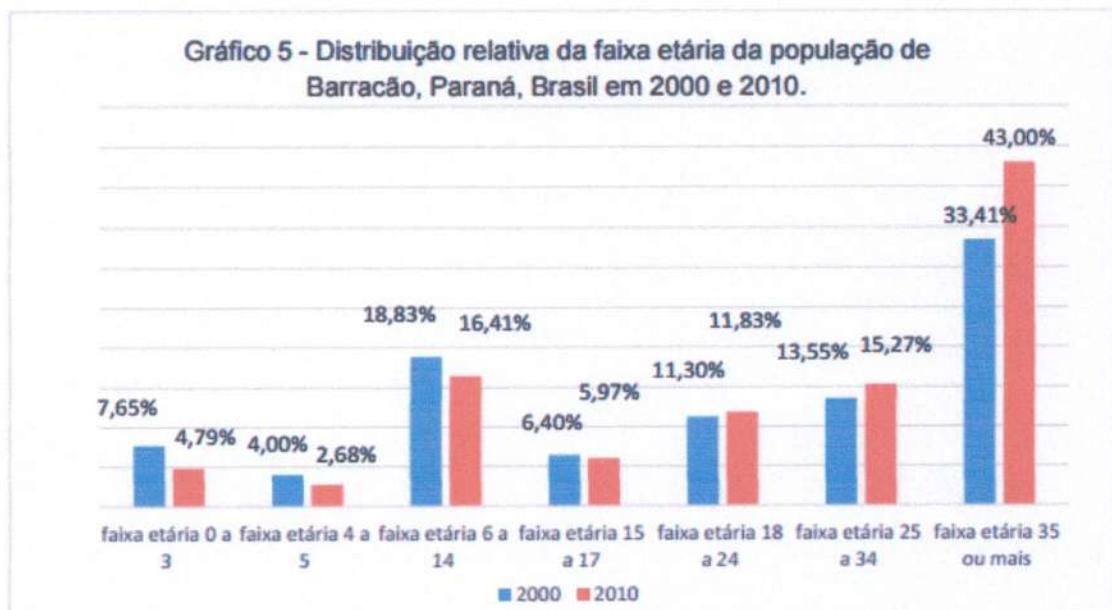


Fonte: Resultados elaborados com base nos dados do IBGE.

Esse gráfico apresenta um evidente aumento populacional nos perímetros urbanos e uma significativa redução da população que vivia na zona

rural. Vale destacar que embora tenha ocorrido um grande êxodo rural nos últimos anos, a média municipal encontra-se acima das médias registradas no estado e no país.

Levando em comparação aos últimos censos de 2000 e 2010, a evolução da população se ateve com maior destaque na população adulta e idosa, que é representada por 58,27% dos habitantes do município. No ano de 2000 a população jovem era de 36,93%, número que no Censo 2010 diminuiu para 29,85%. Vale destacar que essa faixa etária compreende do nascimento até os 17 anos. Abaixo o gráfico mostra essa evolução entre os censos dividida por faixa etária.



Fonte: Resultados elaborados com base nos dados do IBGE, 2000 e 2010.

A tabela seguinte apresenta o número de habitante de acordo com a faixa etária.

Tabela 2 – População relativa do Município de Barracão - Paraná, por gênero e faixa etária.

Gênero	Faixa Etárias									
	Menor de 1 ano	de 1 a 4 anos	de 5 a 6 anos	de 7 a 9 anos	de 10 a 14 anos	de 15 a 19 anos	de 20 a 39 anos	de 40 a 49 anos	de 50 a 59 anos	maior de 60 anos
Masc.	61	246	129	265	481	479	1.420	653	499	561
Fem.	52	247	140	209	496	456	2.008	683	523	582
Nº total	113	493	269	474	977	935	3.428	1.336	1.022	1143

Fonte: IBGE, contagem da população IPARDES.

Ainda relacionado à faixa etária da população, é pertinente ainda mencionar a questão da população economicamente ativa (PEA), que se caracteriza por relacionar todos os indivíduos de um lugar que, em tese, estariam legalmente aptos ao trabalho, ou seja, todos os indivíduos ocupados e desempregados.

No Brasil, o IBGE calcula a PEA como o conjunto de pessoas que estão trabalhando ou procurando emprego. Apesar do trabalho de crianças serem ilegal no Brasil, o IBGE calcula a PEA considerando pessoas a partir dos 10 anos de idade, uma vez que a realidade no país, por vezes, mostra situações diferentes do que prega a lei.

No ano de 2000, o município possuía um percentual de população economicamente ativa equivalente a 64,66%. No último censo de 2010, esse percentual obteve uma evolução, aumentando para 76,07%, um aumento de 11,41% da população em dez anos.

1.6 - Aspectos Econômicos

1.6.1 Finanças Públicas

Em 2009, a receita orçamentária de Barracão foi de R\$ 11.567.508,72 e sua evolução apresentou alta de 55,05% no período compreendido entre 2006 e 2009. A tabela abaixo mostra todas as receitas e sua destinação durante os anos de 2006 a 2009.

Tabela 3 – Fontes de receitas em milhões de R\$ em Barracão, no período de 2006 a 2009.

Fontes	2005	2006	2008	2009
Receitas orçamentárias realizadas	7.460.428,53	9.127.761,71	11.165.718,11	11.567.508,72
Receitas orçamentárias realizadas – Correntes	8.152.231,89	8.977.702,38	11.627.417,82	11.319.161,32
Receitas orçamentárias realizadas – Tributárias	450.921,95	476.217,36	604.303,45	689.468,39
Receitas orçamentárias realizadas - Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial – IPTU	128.023,51	127.722,74	137.541,39	151.486,02
Receitas orçamentárias realizadas - Imposto Sobre Serviços – ISS	105.767,07	115.722,43	167.363,79	181.358,94
Receitas orçamentárias realizadas - Imposto sobre Transmissão-Intervivos – ITBI	43.028,17	51.461,5	104.809,01	131.070,6
Receitas orçamentárias realizadas – Taxas	94.597,17	106.492,13	130.012,97	158.957,72
Receitas orçamentárias realizadas – Contribuição	133.854,14	161.157,86	228.275,5	263.162,08
Receitas orçamentárias realizadas – Patrimonial	128.656,91	180.438,63	111.653,82	115.205,24
Receitas orçamentárias realizadas - Transferências Correntes	7.251.006,27	7.916.614,44	10.393.860,43	9.881.793,76
Receitas orçamentárias realizadas - Transferência Intergovernamental da União	4.159.446,18	4.498.636,32	6.137.420,56	5.952.549,57
Receitas orçamentárias realizadas - Transferência Intergovernamental do Estado	15.32.160,61	1.710.993,34	23.39.398,2	1.959.017,63
Receitas orçamentárias realizadas - Dívida Ativa	47.782,38	57.825,06	73.811,64	1.11.860,74
Receitas orçamentárias realizadas - Outras Receitas Correntes	107.512,27	153.617,68	202.140,28	272.881,47
Receitas orçamentárias realizadas – Capital	-	861.030	748.121,16	1.617.548,81
Receitas orçamentárias realizadas - Transferência de Capital	-	801.030	748.121,16	1.617.548,81
Despesas orçamentárias empenhadas	7.011.046,48	8.196.865,95	10.715.943,75	12.832.573,67
Despesas orçamentárias empenhadas – Correntes	6.001.224,09	6.672.126,13	9.405.052,31	10.796.933,69
Despesas orçamentárias empenhadas - Outras Despesas Correntes	2.991.476,25	3.504.085,62	4.926.153,57	5.950.160,46
Despesas orçamentárias empenhadas – Capital	1.009.822,39	1.524.739,82	1.310.891,44	2.035.639,98
Despesas orçamentárias empenhadas – Investimentos	929.875,86	1.446.446,3	865.609,23	1.769.686,08
Despesas orçamentárias empenhadas - Pessoal e Encargos Sociais	2.981.302,62	3.150.475,47	4.404.949,5	4.805.825,32
Despesas orçamentárias empenhadas - Obras e Instalações	472.290,62	527.617,48	601.045,68	640.077,79
Valor do Fundo de Participação dos Municípios - FPM	3.370.216,45	3.386.342,44	4.675.700,14	3.563.434,43
Valor do Imposto Territorial Rural – ITR	3.933,13	3.383,73	4.379,3	6.122,87
Valor do Imposto sobre Operações Financeiras - IOF - OURO - repassado aos Municípios	-	-	-	-

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, 2005, 2006, 2008 e 2009.

(-): Número Igual à zero.

Cabe ressaltar que foram apresentados dados de até 2009, pois até o momento da publicação deste diagnóstico, estes eram os dados mais recentes auditados pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

2. PRODUÇÃO E DISPONIBILIDADE DE ALIMENTOS:

2.1 - Setor Primário

A análise do setor primário está baseada em dados do Censo Agropecuário do IBGE, referentes ao período de 2013. Neste tópico são apresentados resultados das lavouras temporárias, lavouras permanentes, o efetivo do rebanho e os produtos de origem animal.

2.2 - Lavoura Temporária

O desempenho das principais lavouras temporárias existentes no município, no ano de 2013, é detalhado na tabela a seguir.

Tabela 4 - Quantidade produzida, área plantada e valor da produção das lavouras temporárias de Barracão, no ano de 2013.

Principais Produtos	Quantidade Produzida (Toneladas)	Área colhida (Hectare)	Valor da Produção (Mil R\$)
	2013	2013	2013
Batata Doce	790	35	553
Cana de Açúcar	2.200	40	114
Cebola	55	5	40
Feijão	450	250	1.067
Fumo	139	83	848
Mandioca	5.500	250	1.672
Milho (grão)	19.920	3.800	7.476
Soja (grão)	4.650	1.550	3.971
Trigo (grão)	805	350	625
TOTAL	34.509	6.363	16.366

Fonte: IBGE, Produção Agrícola Municipal, 2013

No ano de 2013, em Barracão, o milho foi à cultura de maior expressão no que se refere à quantidade produzida. Este cultivo no município representou grande parte de toda a produção estadual. No mesmo ano, o milho representou a maior área plantada, 19.920 hectares.

2.3 - Lavoura Permanente

O desempenho das lavouras permanentes existentes no município, no ano de 2013, é detalhado conforme a seguir.

Tabela 5 - Quantidade produzida, área plantada e valor da produção das lavouras permanentes de Barracão, no ano 2013.

Principais Produtos	Quantidade Produzida (Toneladas)	Área plantada (Hectare)	Valor da Produção (Mil R\$)
	2013	2013	2013
Laranja	625	25	316
Uva	450	30	945
Erva mate	70	11	56
Banana	125	5	119
TOTAL	1.270	71	1.436

Fonte: IBGE, Produção Agrícola Municipal, 2013.

Considerando a safra 2013 de produtos da lavoura permanente, a uva foi o produto de maior representatividade econômica para o município.

2.4 - Efetivos do Rebanho

O efetivo do rebanho do município é apresentado na tabela a seguir, sendo que o maior volume é representado por “galináceos” com produção, em 2013.

Tabela 6 – Efetivo do rebanho em Barracão, nos anos de 2013.

Efetivos	Número
Bovino	17.297
Equino	240
Suínos	10.750
Caprino	320
Ovino	415
Galináceos	225.000
Galinhas	29.500
Codornas	740
Total	284,262

Fonte: IBGE- Pesquisa Pecuária Municipal, 2010.

2.5 - Produtos de Origem Animal

A quantidade produzida de produtos de origem animal do município, no ano de 2013, é apresentada na tabela a seguir.

Tabela 7 – Produção de origem animal de Barracão, nos anos de 2013.

PRODUÇÃO DE ORIGEM ANIMAL - 2013			
Produtos	Valor (R\$1.000,00)	Produção	Unidade
Lã	2	750	Kg
Leite	17.472	19.200	Mil L
Mel de Abelha	75	10.000	Kg
Ovos de Codorna	3	3	Mil Dz
Ovos de Galinha	310	163	Mil Dz

Fonte: IBGE- Pesquisa Pecuária Municipal, 2013.

3. RENDA E CONDIÇÕES DE VIDA

3.1 - Emprego

Entre 2000 e 2010, a taxa de atividade da população de 18 anos ou mais (ou seja, o percentual dessa população que era economicamente ativa) passou de 71,26% em 2000 para 72,14% em 2010. Ao mesmo tempo, sua taxa de desocupação (ou seja, o percentual da população economicamente ativa que estava desocupada) passou de 5,5% em 2000 para 4,08% em 2010.

Em 2010, das pessoas ocupadas na faixa etária de 18 anos ou mais do município, 28,69% trabalhavam no setor agropecuário, 6,38% na indústria de transformação, 7,98% no setor de construção, 0,56% nos setores de utilidade pública, 14,19% no comércio e 39,41% no setor de serviços. A tabela a seguir relata a taxa de ocupação da população de 18 anos ou mais, de acordo com o nível de graduação e renda média.

Tabela 8: Taxa de Ocupação da população de 18 anos ou mais do Município de Barracão – PR.

	Ano	
	2000	2010
Taxa de Atividade	71,26	72,14
Taxa de Desocupação	5,50	4,08
Grau de formalização dos ocupados – 18 anos ou mais	36,62	58,16
Nível Educacional dos Ocupados		
% dos ocupados com Ensino Fundamental completo	37,87	52,52
% dos ocupados com Ensino Médio completo	21,45	29,90
Rendimento Médio		
% dos ocupados com rendimento de até 1 salário min.	54,07	33,03
% dos ocupados com rendimento de até 2 salário min.	79,24	71,73
% dos ocupados com rendimento de até 5 salário min.	92,52	94,18

Fonte: IBGE – Censo Demográfico de 2010.

3.2 - Renda Per Capita

A renda per capita média de Barracão cresceu 77,20% nas últimas duas décadas, passando de R\$ 388,79, em 1991, para R\$ 458,96, em 2000, e para R\$ 688,92, em 2010. Isso equivale a uma taxa média anual de crescimento nesse período de 3,06%. A taxa média anual de crescimento foi de 1,86%, entre 1991 e 2000, e 4,15%, entre 2000 e 2010. A proporção de pessoas pobres, ou seja, com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 140,00 (a preços de agosto de 2010), passou de 54%, em 1991, para 28,33%, em 2000, e para 12,23%, em 2010. A evolução da desigualdade de renda nesses dois períodos pode ser descrita através do Índice de Gini, que passou de 0,71, em 1991, para 0,57, em 2000, e para 0,54, em 2010.

Na sequência a tabela traz a evolução das últimas décadas em relação à renda per capita do município.

Tabela 9 – Evolução nos aspectos, Renda e Pobreza de Barracão, em 1991, 2000, 2010.

	1991	2000	2010
Renda per capita (R\$)	388,79	458,96	688,92
% de extremamente pobres	24,44	11,11	3,13
% de pobres	54,00	28,33	12,23

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2010.

3.3 - Indicadores de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M)

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), é uma medida resumida do progresso em longo prazo, em três dimensões básicas do desenvolvimento humano: Renda, Educação e Saúde. Na tabela abaixo são apresentados os critérios avaliados em cada uma das dimensões citadas com os respectivos percentuais de evolução de Barracão durante os anos.

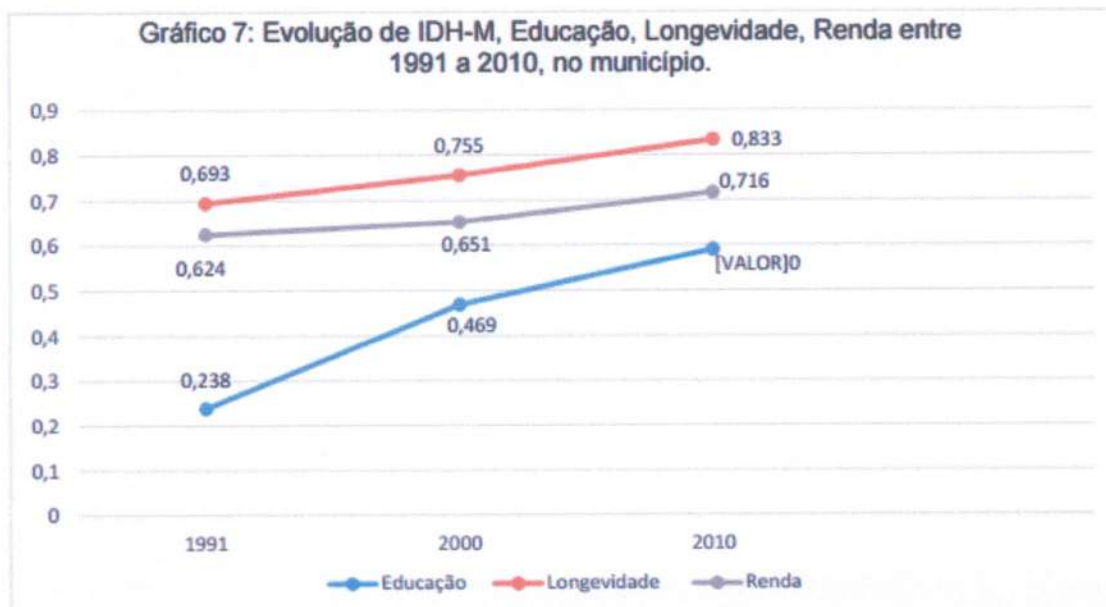
Tabela 14 - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e seus componentes – Barracão – PR.

Componentes do IDHM	1991	2000	2010
IDHM Educação	0,238	0,469	0,590
% de 18 anos ou mais com ensino fundamental completo	17,20	33,39	44,98
% de 5 a 6 anos frequentando a escola	46,89	69,88	86,18
% de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental	40,86	68,04	86,86
% de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo	22,78	53,03	64,06
% de 18 a 20 anos com ensino médio completo	1,45	30,88	33,36
IDHM Longevidade	0,693	0,755	0,833
Esperança de vida ao nascer (em anos)	66,58	70,31	74,99
IDHM Renda	0,624	0,651	0,716
Renda per capita (em R\$)	388,79	458,96	688,92

Fonte: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010.

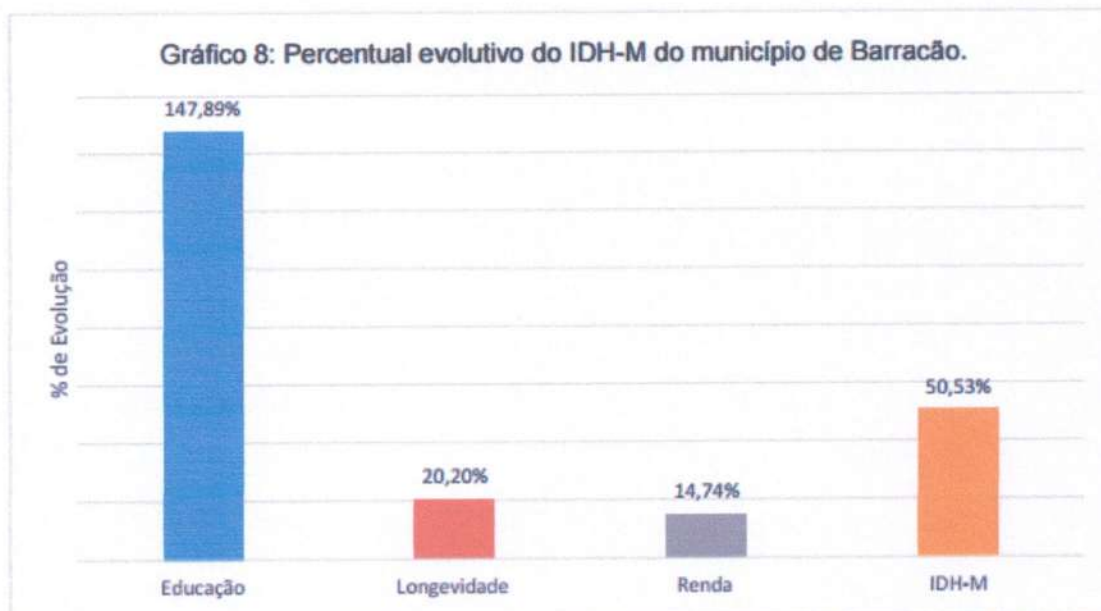
Em 2000, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal Barracão, alcançou 0,613, colocando o município na 145ª posição estadual. Em 2010 o IDH municipal subiu para 0,706, situando o município na faixa de Desenvolvimento Humano Alto, ou seja, IDHM entre 0,700 e 0,799.

A dimensão que mais contribuiu para a melhora do IDH do município em 2010 foi à dimensão, Longevidade, que mostrou um índice de 0,833, em seguida, Renda, com índice de 0,716, e de Educação, com índice de 0,590. O gráfico a seguir apresenta a evolução entre os anos 1991 a 2010, das três dimensões avaliadas do IDH-M.



Fonte: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 1991, 2000 e 2010. Elaborado pela Secretaria Municipal de Educação.

O gráfico abaixo mostra o percentual evolutivo dos últimos anos nas três dimensões avaliadas, bem como o índice evolutivo do IDH-M:



Fonte: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 1991, 2000 e 2010. Elaborado pela Secretaria Municipal de Educação.

A evolução do IDH-M resultou na alteração do posicionamento de Barracão no ranking estadual, conforme mostra a tabela abaixo.

Tabela 15 – Posicionamento da Educação, Longevidade, Renda e IDH-M de Barracão no Estado, em 1991, 2000 e 2010.

Ano	Educação	Longevidade	Renda	IDH municipal
1991	165 ^a	169 ^a	49 ^a	121 ^a
2000	171 ^a	165 ^a	105 ^a	145 ^a
2010	277 ^a	118 ^a	96 ^a	199 ^a

Fonte: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 1991, 2000 e 2010.

Apesar do aumento considerável na dimensão Educação, o Município de Barracão sofreu uma evolução negativa entre 1991 a 2010, passando de 165^a posição para 277^a. No quesito Renda, entre o mesmo período, a posição no ranking estadual oscilou, passando da colocação 49^a para a 105^a em 2000, diminuindo 9 posições em 2010.

Com relação a esses fatores a posicionamento do município passou para a colocação 199^a do ranking estadual. Mesmo com essa variação o IDH-M de Barracão encontra-se dentro da faixa de Desenvolvimento Humano Alto, ou seja, IDHM entre 0,700 e 0,799.

O município ocupa a posição 1.720^a no ranking nacional entre os 5.565 municípios brasileiros segundo o IDHM. Nesse ranking, o maior IDHM é 0,862 de São Caetano do Sul – SP, e o menor é 0,418 de Melgaço, no estado do Pará.

4. SAÚDE

A avaliação do desempenho municipal em relação aos aspectos ligados à saúde foi associada ao acompanhamento de indicadores demográficos, natalidade e mortalidade, bem como ao mapeamento dos recursos físicos e humanos disponíveis na área da saúde.

Barracão possui 56 (cinquenta e seis) profissionais ligados à saúde, entre eles o número de médicos, anestesistas, cirurgiões gerais, clínicos gerais, ginecobstetras, médicos de família, pediatras, psiquiatras, radiologistas, cirurgiões dentistas, enfermeiros, fisioterapeutas, fonoaudiólogos, nutricionistas, farmacêuticos, assistentes sociais, psicólogos, auxiliares de enfermagem e técnicos de enfermagem.

A tabela a seguir mostra número de profissionais divididos por especialidades, oferecidas no município no ano de 2013.

Tabela 10 – Número de profissionais vinculados por especialidade no município de Barracão em 2013.

Categorias de Profissionais da saúde	2013
	Barracão
Médicos	
Anestesista	1
Cirurgião Geral	2
Clinico Geral	5
Ginecologista Obstetra	3
Médico da Família	5
Pediatra	2
Psiquiatra	1
Cirurgião Dentista	1
Enfermeiro	10
Fisioterapeuta	4
Nutricionista	1
Farmacêutico	3
Assistente Social	1
Psicólogo	6
Auxiliar de Enfermagem	3
Técnico de Enfermagem	9
Total	56

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas.

4.1 - Natalidade Infantil

Em 2013, o município de Barracão registrou uma taxa bruta de natalidade de 22 nascidos por mil habitantes, apresentando um crescimento de 46,66% em relação a 2007, conforme a tabela a seguir. A taxa é o registro do número de crianças que nasce anualmente para cada mil habitantes.

Tabela 11 – Taxa bruta de natalidade por 1.000 habitantes, segundo Barracão, Paraná e Brasil, no período de 2007 a 2011.

Ano	Barracão	Paraná	Brasil
2007	13,0	13,5	16,6
2008	13,2	14,1	16,4
2009	12,2	14,1	16,0
2010	15,5	13,8	15,8
2011	15,8
2012	14,3
2013	16,1
2014	19,0
Evolução 2007/2014	42,38%	2,22%	-4,82

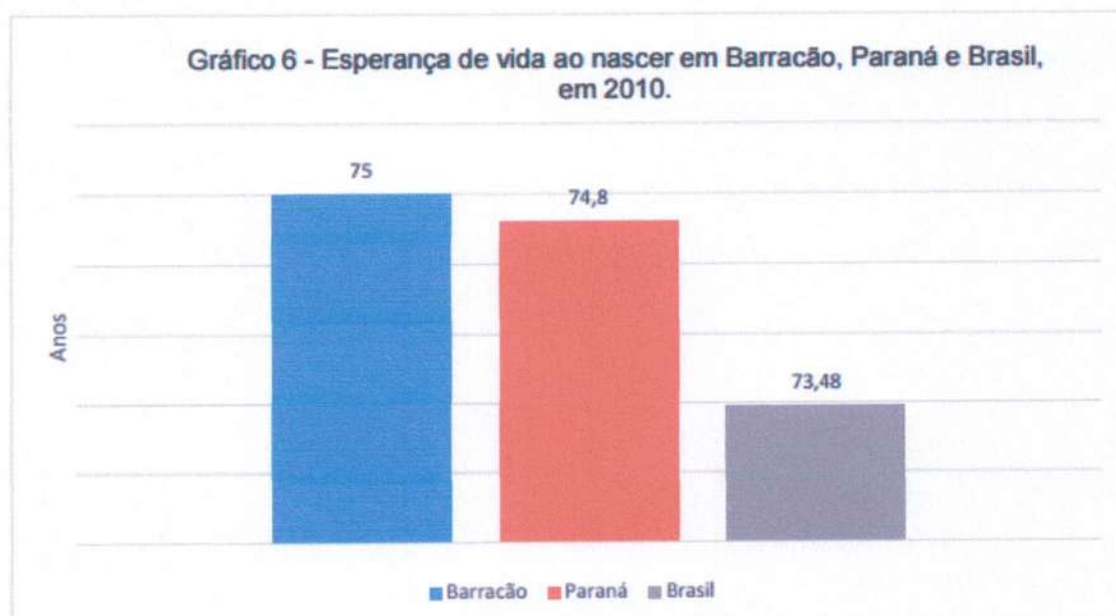
Fonte: Ministério da Saúde, Departamento de Informática do SUS (DATASUS), 2011.
Nota: Sinal convencional utilizado: Dado numérico não disponível.

Tabela 13 – Esperança de vida ao nascer em Barracão, Paraná, Brasil, em 1991 e 2000 e 2010.

Ano	Barracão	Paraná	Brasil
1991	66,6	65,7	66,93
2000	70,3	69,8	70,40
2010	75	74,8	73,48
Evolução 1991/2010	12,6%	13,85%	9,78%

Fonte: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 1991, 2000 e 2010.

O gráfico a seguir apresenta a comparação dos valores da esperança de vida entre Barracão, Paraná e Brasil.



Fonte: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – Atlas do desenvolvimento Humano no Brasil, 2010.

4.4 – Saúde E Nutrição

Na questão da Segurança Alimentar e Nutricional as ações são destacadas no Núcleo de Apoio e Saúde da Família – NASF e na Vigilância Sanitária. O NASF é composto por uma equipe multidisciplinar e está voltado para ações relacionadas a Segurança Alimentar e Nutricional, envolvendo matriciamento de casos, visitas domiciliares, acompanhamento dos programas e ações de alimentação desenvolvidas nas áreas da saúde. O estímulo a alimentação saudável e adequada é objeto de trabalho em todo o processo de atenção ao usuário.

A Vigilância Alimentar e Nutricional (VAN) nos serviços de saúde inclui a avaliação antropométrica (medição de peso e estatura) e do consumo alimentar, cujos dados são consolidados no Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN), apoiando gestores e profissionais de saúde no processo de organização e avaliação da atenção nutricional, permitindo que sejam observadas prioridades a partir do levantamento de indicadores de alimentação e nutrição da população assistida. Destaca-se ainda que o SISVAN permite o registro dos dados da população atendida na atenção básica, com destaque para os beneficiários do Programa Bolsa Família.

É a partir da inserção destas informações individuais no SISVAN (sistema informatizado), que é possível gerar relatórios consolidados que permitirão interpretar a situação alimentar e nutricional da coletividade.

Informações quanto ao estado nutricional:

Crianças (0 a 5 anos):

Peso muito abaixo	Peso baixo	Eutrofia	Peso elevado	Total
1	16	450	34	501

Fonte: SISVAN WEB (2016)

Gestantes

Peso muito abaixo	Peso baixo	Eutrofia	Peso elevado	Total
7	19	22	13	61

Fonte: SISVAN WEB (2016)

Crianças Beneficiárias do Programa Bolsa Família:

Peso muito abaixo	Peso baixo	Eutrofia	Peso elevado	Total
1	11	173	9	194

Fonte: SISVAN WEB (2016)

Gestantes Beneficiárias do Programa Bolsa Família:

Peso muito abaixo	Peso baixo	Eutrofia	Peso elevado	Total
3	6	5	3	17

Fonte: SISVAN WEB (2016)

5. ASPECTOS SOCIOASSISTÊNCIAIS

5.1 – O Plano Brasil sem Miséria

O Plano Brasil sem Miséria foi criado para superar a extrema pobreza no país, sempre tendo em vista que a pobreza não se resume a uma questão de renda. Segurança alimentar e nutricional, educação, saúde, acesso a água e energia elétrica, moradia, qualificação profissional e melhora da inserção no mundo do trabalho são algumas das dimensões em que a pobreza se manifesta. E todas elas são prioridades no Plano.

Para o acesso dos serviços, programas, projetos e benefícios, o Cadastro Único para Programas Sociais coloca-se como o principal acesso ao Plano Brasil sem Miséria, possibilitando o registro das famílias que necessitam de intervenção do poder público, no funcionamento das redes de saúde, educação e assistência social.

CADASTRO ÚNICO E O PÚBLICO ALVO

INFORMAÇÃO	QUANTIDADE	FONTE
Estimativa de famílias de baixa renda – Perfil Cadastro Único	958	Censo 2010
Estimativa de famílias pobres - Perfil Bolsa Família	601	Censo 2010
Quantidade de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família – mês 06/2016	611	RI PBF/MDS

DADOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E CADASTRO ÚNICO - BASE DE DADOS DO MUNICÍPIO.

ANO	Famílias Extremamente Pobres: Renda até R\$ 77,00 Per capita	Famílias Pobres: Renda de R\$ 77,00 até R\$ 154,00 Per capita	Famílias de Baixa Renda: renda entre R\$ 154,01 e ½ SM Per capita.	Famílias acima de ½ SM Per capita	Total de Famílias	Total Pessoas
2014	53 6	438	49 5	25 5	1724	5332
2015	48 9	331	49 4	28 2	1596	4730
2016	48 9	267	48 8	27 4	1518	4457

(Fonte: Relatório de Informações Sociais Bolsa Família e cadastro Único – MDS).

Total de Habitantes Estimativa 2016: 10.231

Total de Habitantes: 9.735 (Censo 2010).

Total de habitantes Zona Urbana: 7.008
 Total de habitantes Zona Rural: 2.727
 Total de Domicílios: 3.190 (Censo 2010).

Situação do Domicílio	Famílias Extremamente Pobres: Renda até R\$ 85,00	Famílias Pobres: Renda de R\$ 85,01 até R\$ 170,00 Per capita	Famílias de Baixa Renda: Renda entre R\$ 170,01 e ½ SM Per capita.	Famílias acima de ½ SM Per capita	Total de Famílias	Total Pessoas
Urbanas	330	150	350	256	1.086	3.011
Rurais	158	89	120	97	464	1.396
TOTAL	488	239	970	353	1.550	4.407

(Fonte: CECAD / SAGI - Cadastro Único).

TRANSFERÊNCIA DE RENDA

Programa	Cobertura	Repasse total em 2015 (R\$)
Bolsa Família	563 famílias (Dez de 2016)	1.209.701,00
Benefício de Prestação Continuada - BPC	302 pessoas (Dez de 2016)	3.109.913,78

Em 2015, a soma de recursos transferidos pelo Benefício de Prestação Continuada (BPC) e pelo Bolsa Família (R\$ 3.873.093,60) representa 55,66 % do valor transferido pelo Fundo de Participação dos Municípios (FPM) (R\$ 6.958.951,67).

De 2004 a 2015, a soma de recursos transferidos pelo Programa Bolsa Família teve aumento de 272,17%.

GARANTIA DE RENDA

Programa Bolsa Família

Em abril de 2016, o município tinha 636 famílias no Programa Bolsa Família. Isso representa 105,82 % do total estimado de famílias do município com perfil de renda do programa (cobertura de 105,82 %).

Foram transferidos R\$ 96.501,00 às famílias beneficiárias do programa em abril de 2016.

De junho de 2011 (início do Plano Brasil Sem Miséria) a abril de 2016, houve diminuição de 12,64 % no total de famílias beneficiárias.

Em março de 2013, o benefício do Brasil Carinhoso, inicialmente pago a famílias extremamente pobres com filhos de 0 a 15 anos, foi estendido a todas as famílias do Bolsa Família. Com a mudança, todas as famílias do programa superaram a extrema pobreza.

Acompanhamento de condicionalidades

Ao entrar no Programa Bolsa Família, a família assume alguns compromissos: as crianças e jovens devem frequentar a escola; as crianças precisam ser vacinadas e ter acompanhamento nutricional; e as gestantes devem fazer o pré-natal.

INFORMAÇÃO	PÚBLICO	PERCENTUAL	MÉDIA NACIONAL
Condicionalidades da Educação – Frequência Escolar	Crianças e Jovens de 06 a 15 anos.	94,30%	86,70%
Condicionalidades da Saúde.	Famílias com crianças de até 07 anos e ou com gestantes.	90,51%	76,81%

6. ACESSO A SERVIÇOS

6.1 – Assistência Social

O fortalecimento da agenda municipal da assistência social, em especial no que diz respeito à estruturação do SUAS, requer reforço no seu financiamento. É por isso que o MDS disponibiliza aos municípios recursos para a ampliação da rede e a qualificação de seus serviços. Desde abril de 2016 o município tem em seu território:

- 1 Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) co-financiado pelo MDS.

6.2 - Brasil Carinhoso – apoio as Creches

Voltado para a primeira infância, o Programa Brasil Carinhoso tem o seu desenvolvimento integrado em várias vertentes e uma delas é expandir a quantidade de matrículas de crianças entre 0 e 48 meses, cujas famílias sejam beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF) em creches públicas ou conveniadas.

O apoio financeiro é devido aos municípios que informaram no Censo Escolar do ano anterior a quantidade de matrículas de crianças de zero a 48 meses, membros de famílias beneficiárias do Bolsa Família em creches públicas ou em instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos conveniadas com o poder público.

Para isso, o Ministério de Desenvolvimento Social – MDS complementa os valores do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb), repassados pelo MEC, sendo 50% mais recursos para cada vaga ocupada por crianças do Bolsa Família.

7. EDUCAÇÃO

7.1 Educação Básica

O sistema educacional brasileiro é dividido em Educação Básica e Ensino Superior. A Educação Básica, a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB - 9.394/96), passou a ser estruturada por etapas e modalidades de ensino, englobando a Educação Infantil, o Ensino Fundamental obrigatório de nove anos e o Ensino Médio.

A Educação do município de Barracão compreende um total de 19 (dezenove) unidades de Educação Básica e uma Instituição de Ensino Técnico Profissional, divididas entre as administrações: Municipal, Estadual, Privada e Federal. No universo do Estado do Paraná o número das instituições de ensino soma um total de 9.417 (nove mil quatrocentos e dezessete), divididas em Unidades Federais, Estaduais, Privadas e Municipais. Já em âmbito nacional, são 188.673 (cento e oitenta e oito mil setecentos e três) instituições de ensino.

A Tabela a seguir mostra as unidades de ensino atuantes até a presente data do município de acordo com a modalidade de ensino e suas dependências administrativas.

Tabela 16 – Total de Escolas Municipais, Estaduais e Privadas de Barracão.

	Nome da Instituição	Modalidade	Localidade
Municipal	Centro Municipal de Educação Infantil Bel	Educação Infantil	Bairro Copasa
	Centro Municipal de Educação Infantil São Cristovão	Educação Infantil	Bairro Industrial
	Escola Municipal Érico Verissimo	Ed. Infantil/ En. Fundamental	Bairro Industrial
	Escola Municipal Eurilemo Lucio Zanette	Ed. Infantil/ En. Fundamental	Bairro Jardim Pinheiro
	Escola Municipal Judith Marli Portelinha Guariente	Ed. Infantil/ En. Fundamental	Centro
	Escola Municipal Luiz Poletto	Ed. Infantil/ En. Fundamental	Centro
	Escola Municipal Maria Zuchinalli Slongo	Ed. Infantil/ En. Fundamental	Distrito Siqueira Bello
	Escola Rural Municipal Duque de Caxias	En. Fundamental	Linha São Roque
	Escola Rural Municipal Getúlio Vargas	En. Fundamental	Linha Alegria
	Escola Municipal Severino Bruschi	En. Fundamental	Linha São José
Estadual	Escola Estadual Padre Anchieta	En. Fundamental	Linha São José
	Colégio Estadual Prof. Leonor Castellano	En. Fundamental / Ensino Médio	Centro
	Colégio Estadual Dr. Mario Augusto Teixeira de Freitas	En. Fundamental / Ensino Médio	Centro
	Escolas Estadual do Campo Santa Emília	En. Fundamental	Distrito Siqueira Bello
	Escola Estadual do Campo São Roque	En. Fundamental	Linha São Roque
	Escola Estadual do Campo Senador Teotônio Vilela	En. Fundamental	Linha Alegria
Privada	Escola Tia Jô	Ed. Infantil / En. Fundamental / En. Médio	Bairro N. Sra de Fátima
	Unidade de Educação Profissional – SENAC	Educação Profissional	Centro
	Escola de Educação Especial Novos Horizontes - APAE	Educação Especial	Bairro N. Sra de Fátima
Federal	Instituto Federal Campus Avançado	Educação Profissional	Rod. PR 163 Km 1

Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP, 2015.

A tabela abaixo traz o número de matrículas de alunos de Educação Infantil:

Tabela 17 - Número de crianças atendidas pela Educação Infantil do município, entre os anos de 2011 a 2014.

	Creche					Pré – Escola				
	2011	2012	2013	2014	2015	2011	2012	2013	2014	2015
Rede Municipal	87	66	85	86	125	136	132	145	162	223
Rede Estadual	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Rede Privada	11	16	15	24	24	25	29	31	31	30

Fonte: Secretaria Municipal de Educação / INEP.
(-): Número igual a zero.

A tabela a seguir é referente ao número de matrículas de alunos para o Ensino Fundamental em todas as dependências administrativas.

Tabela 19: Número de Alunos atendidos pelo Ensino Fundamental por dependências administrativas.

	Ensino Fundamental									
	Anos Iniciais (1º a 5 Ano)					Anos Finais (6º a 9º Ano)				
	2011	2012	2013	2014	2015	2011	2012	2013	2014	2015
Rede Municipal	782	763	698	646	680	-	-	-	-	-
Rede Estadual	-	-	-	-	-	836	771	742	735	709
Rede Privada	61	71	80	72	72	58	42	42	49	49

Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.
(-): Número igual a zero.

A tabela a seguir faz uma retrospectiva referente ao número de matrículas de alunos para o Ensino Médio em todas as dependências administrativas.

Tabela 29 – Número de matrículas do Ensino Médio dos anos letivos de 2011 a 2015.

	Ensino Médio			
	2011	2012	2013	2014
Rede Estadual	464	461	469	483
Rede Federal	-	-	-	38
Rede Privada	23	30	27	17

Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP.
(-): Número igual a zero.

A Educação Especial, como modalidade transversal a todos os níveis, etapas e modalidades de ensino, é parte integrante da Educação Regular, devendo ser prevista no Projeto Político Pedagógico da unidade escolar.

Os alunos considerados público-alvo da Educação Especial são aqueles com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e com altas habilidades/ superdotação.

Tabela 34 – Levantamento de alunos com deficiência matriculados em classes comuns no ano de 2015.

Deficiências Diagnosticadas		Nº de Alunos
Escolas Municipais	Deficiente Visual	-
	Baixa Visão	01
	Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH)	-
	Síndrome de Crozon	-
	Síndrome de Down	-
	Deficiência Física	-
	Deficiência Intelectual	22
	Paralisia Cerebral	-
	Distúrbio de aprendizagem	05
	Autista	02
Deficiente Auditivo	01	

Fonte: Secretaria Municipal de Educação / Secretaria de Estado da Educação.
 (-) Ausência de alunos com essa deficiência.

7.2 – Alimentação Escolar

A alimentação escolar do município faz parte do PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar.

O PNAE, implantado em 1955 pelo Governo Federal, contribui para o crescimento, o desenvolvimento, a aprendizagem, e o rendimento escolar dos estudantes e a formação de hábitos alimentares saudáveis, por meio da oferta da alimentação escolar e de ações de educação alimentar e nutricional.

São atendidos pelo Programa os alunos de toda a educação básica (educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e educação de jovens e adultos) matriculados em escolas públicas, filantrópicas e em entidades comunitárias (conveniadas com o poder público), por meio da transferência de recursos financeiros.

Atualmente, o valor repassado pela União a estados e municípios por dia letivo para cada aluno é definido de acordo com a etapa e modalidade de ensino:

- Creches: R\$ 1,07
- Pré-escola: R\$ 0,53
- Escolas indígenas e quilombolas: R\$ 0,64
- Ensino fundamental e médio: R\$ 0,36
- Educação de jovens e adultos: R\$ 0,32
- Ensino integral: R\$ 1,07

- Programa de Fomento às Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral: R\$ 2,00
- Alunos que frequentam o Atendimento Educacional Especializado no contraturno: R\$ 0,53

O repasse é feito diretamente aos estados e municípios, com base no Censo Escolar realizado no ano anterior ao do atendimento. O Programa é acompanhado e fiscalizado diretamente pela sociedade, por meio dos Conselhos de Alimentação Escolar (CAE), pelo FNDE, pelo Tribunal de Contas da União (TCU), pela Controladoria Geral da União (CGU) e pelo Ministério Público.

Com a Lei nº 11.947, de 16/6/2009, 30% do valor repassado pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE deve ser investido na compra direta de produtos da agricultura familiar, medida que estimula o desenvolvimento econômico e sustentável das comunidades.

7.3 – Conselho de Alimentação Escolar – CAE

O Conselho de Alimentação Escolar teve início no município de Barracão no ano de 1994, sendo renovado a cada quatro anos. A composição do CAE é a seguinte: um representante do poder executivo; dois representantes das entidades de trabalhadores da educação e discentes; dois representantes de pais de alunos; e dois representantes das entidades civis organizadas. Cada membro titular tem seu suplente do mesmo segmento.

A função do CAE é acompanhar e fiscalizar a aplicação dos recursos destinados a alimentação escolar; zelar pela qualidade dos alimentos, em especial às condições higiênicas, a aceitabilidade dos cardápios oferecidos, realizando a análise da prestação de contas do gestor, registrado no SIGPC Online, que emite o parecer conclusivo acerca da execução do Programa no SIGECON online.

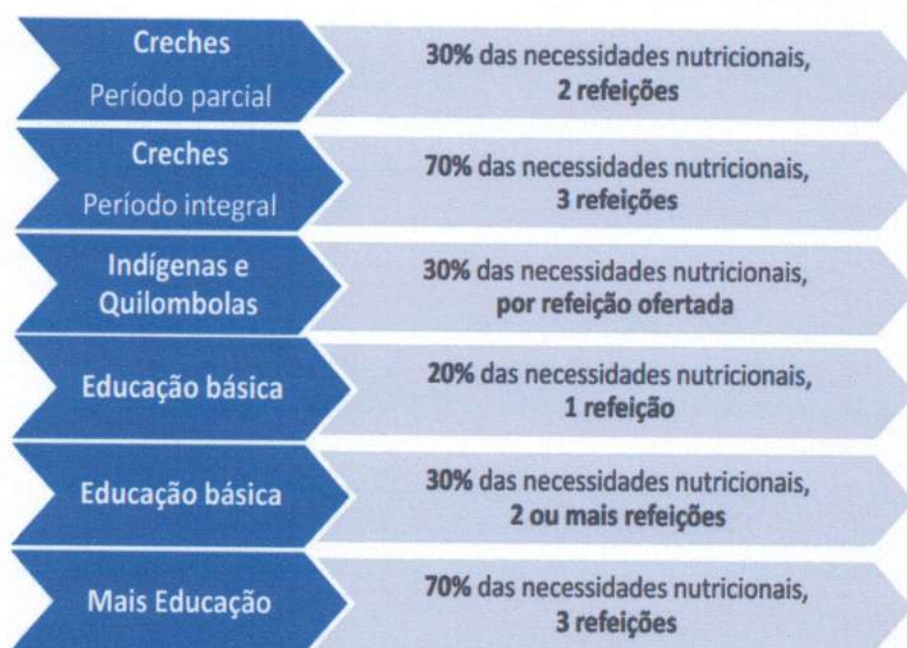
O CAE é tão fundamental para a execução do Programa, que caso não seja constituído -ou deixarem de sanar suas pendências- e não apresentarem a

prestação de contas dos recursos recebidos, o FNDE poderá suspender o repasse dos recursos do PNAE.

7.4 Cardápios da Alimentação escolar

Cardápio, segundo a Resolução CFN nº 465/2010: É a ferramenta operacional que relaciona os alimentos destinados a suprir as necessidades nutricionais individuais ou coletivas, discriminando os alimentos, por preparação, quantitativo per capita, para energia, carboidratos, proteínas, lipídios, vitaminas e minerais... Instrumento de planejamento que visa assegurar a oferta de uma alimentação equilibrada, garantindo os nutrientes necessários para a boa condição de saúde.

Os cardápios são planejados para atender, as necessidades nutricionais estabelecidas pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar:



Fonte: Lei nº 11.947, de 16 de junho - FNDE

Os cardápios da alimentação escolar das Escolas e Centros de Educação Infantil do município são elaborados pela Nutricionista Responsável técnica. Os gêneros alimentícios utilizados na merenda escolar, são adquiridos

via licitação, respeitando as necessidades nutricionais, os hábitos alimentares, a cultura alimentar local e a legislação vigente.

É vedada a aquisição de bebidas com baixo valor nutricional tais como refrigerantes e refrescos artificiais, bebidas ou concentrados à base de xarope de guaraná ou groselha, chás prontos para consumo e outras bebidas similares.

É restrita a aquisição de alimentos enlatados, embutidos, doces, alimentos compostos (dois ou mais alimentos embalados separadamente para consumo conjunto), preparações semiprontas ou prontas para o consumo, ou alimentos concentrados (em pó ou desidratados para reconstituição). O limite dos recursos financeiros para aquisição destes alimentos ficará restrito a 30% dos recursos repassados pelo FNDE.

Alunos com restrições alimentares recebem atenção nutricional individualizada em virtude de estado ou de condição de saúde específica, é elaborado cardápio especial com base em recomendações. Atualmente temos 4 alunos com diagnóstico médico de intolerância a lactose e glúten, a esses são ofertados alimentos específicos, como: leite e biscoito sem lactose, leite e suco de soja, formula infantil de arroz, e iogurte sem lactose.

7.5 Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar

A Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, determina que no mínimo 30% do valor repassado a estados, municípios e Distrito Federal pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) devem ser utilizados obrigatoriamente na compra de gêneros alimentícios provenientes da agricultura familiar.

A aquisição de gêneros da Agricultura Familiar do município de Barracão é realizada através de Chamamento Público, atualmente contamos com 15 agricultores familiares, que realizam através de entregas de gênero alimentícios em uma Central de entregas, e desta Central são distribuídas para as 11 escolas municipais.

7.6 Capacitações de Manipuladores de Alimentos

Considerando o aspecto legal e o objetivo do PNAE de servir alimentos saudáveis aos escolares, com qualidade nutricional e sanitária, o conteúdo normativo do Programa prevê a promoção de atividades de formação dos recursos humanos envolvidos na execução das refeições, incluindo as merendeiras. Como exigência estabelecida pela Vigilância Sanitária, os cursos de formação para manipuladores de alimentos devem abordar temas como a higiene pessoal, a manipulação higiênica dos alimentos e as doenças transmitidas por alimentos.

São realizadas Capacitações/Treinamentos com os manipuladores de alimentos no mínimo uma vez ao ano, tendo com temas diversos como, Boas Práticas na Manipulação de Alimentos, preparos de alimentos, cardápios, trabalho em equipe, alimentação saudável e outros.

CAPÍTULO II

1. A Construção Do Sisan E A Implantação Do Município

O SISAN foi instituído por meio da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional, Lei nº 11.346, em 2006 com o objetivo primordial de garantir, através de ações intersetoriais, o Direito Humano Alimentação Adequada, para todas as pessoas que se encontram no Brasil, através da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – PNSAN (art. 1ª e 3ª da LOSAN), cujo instrumento é o Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - PLANSAN.

Dois importantes princípios desse sistema e da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional são: a participação social e a intersetorialidade. O SISAN abriga institucionalidades que visam garantir esses princípios. Assim, a Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional são institucionalidades para garantia da participação social na Política Nacional de

SAN e a Câmara Interministerial de SAN e suas congêneres visam garantir o princípio da intersetorialidade. Essas instituições deverão ser reproduzidas nos estados e municípios como forma de dar concretude a estes princípios do SISAN.

O SISAN é integrado por uma série de órgãos e entidades da União, dos Estados, do Distrito Federal e Municípios afetos à Segurança Alimentar e Nutricional - SAN. Tem por objetivos formular e implementar políticas e planos de SAN, estimular a integração dos esforços entre governo e sociedade civil, bem como promover o acompanhamento, monitoramento e a avaliação da SAN no país, com vistas a assegurar o DHAA.

Integram o SISAN:

I – a Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional;

II – o CONSEA;

III – a CAISAN;

IV – os órgãos e entidades de segurança alimentar e nutricional da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios; e

V – as instituições privadas, com ou sem fins lucrativos, que manifestem interesse na adesão e que respeitem os critérios, princípios e diretrizes do SISAN.

No município, a criação do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional deu-se através da Lei Municipal Nº 2.017 de 09 de junho de 2014. É um órgão com caráter consultivo, deliberativo e propositivo, constituindo em espaço de articulação entre o governo municipal e a sociedade civil para a formulação de diretrizes para políticas e ações de SAN. É composto por membros de representação governamental (1/3) e não governamental (2/3), objetivando propor diretrizes para o desenvolvimento da Política de Segurança Alimentar e Nutricional.

Em 18 de junho de 2015 foi realizada a I Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional no município, com o tema: Comida De Verdade No Campo E Na Cidade: Por Direitos E Soberania Alimentar.



I Conferência Municipal de SAN;

Através da Lei municipal nº 2.023 de 30 de junho de 2014, criou-se os componentes de Segurança alimentar e define os parâmetros para elaboração e implementação do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional e da outras providências.

O Decreto nº 327/2014 nomeia os membros do CONSEA, e o Decreto nº 296 de 25 de setembro de 2014, dispõe sobre as competências, a composição e o funcionamento do CONSEA de Barracão, no âmbito do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN.

O decreto nº 298 de 30 de setembro de 2014, criou no âmbito do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional a CAISAN – Câmara Municipal Intersectorial de Segurança Alimentar e Nutricional do município.

Uma das primeiras atribuições da Câmara Intersectorial de SAN é a elaboração do Plano Estadual, Distrital ou Municipal de SAN, de forma pactuada entre os diversos setores relacionados com a SAN e com base nas diretrizes e prioridades estabelecidas pelo Conselho de SAN.

Assim sendo, a CAISAN Municipal é responsável pela elaboração do Plano Municipal de SAN, observando os princípios e diretrizes estabelecidas pela Legislação Federal, com o propósito de garantir o Direito Humano à Alimentação Adequada.

CAPÍTULO III

1. Diretrizes da Política de Segurança Alimentar e Nutricional

Com a instituição da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, o Decreto Federal nº 7.272 de 2010 estabeleceu diretrizes, que estão sendo seguidas para elaboração do presente Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricionais, conforme Segue:

I – Promoção do acesso universal à alimentação adequada e saudável, com prioridade para as famílias e pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional;

II – Promoção do abastecimento e estruturação de sistemas descentralizados e sustentáveis de produção, extração, processamento e distribuição de alimentos, inclusive os de base agroecológicas;

III - Instituição de processos permanentes de educação alimentar e nutricional, pesquisa e formação nas áreas de segurança alimentar e nutricional e do direito humano à alimentação adequada;

IV – Promoção, universalização e coordenação das ações de segurança alimentar e nutricional, voltadas para quilombolas e demais povos e comunidades tradicionais, povos indígenas e assentados da reforma agrária;

V – Fortalecimento das ações de alimentação e nutrição em todos os níveis da atenção à saúde, de modo articulado às demais políticas de segurança alimentar e nutricional;

VI – Promoção do acesso universal à água de qualidade e em quantidade suficiente, com prioridade para as famílias em situação de insegurança hídrica e para produção de alimentos da agricultura familiar e da pesca e aquicultura;

VII– Apoio às iniciativas de promoção da soberania alimentar, segurança alimentar e nutricional e do direito humano à alimentação adequada em âmbito internacional e a negociações internacionais;

VIII – Monitoramento da realização do direito humano à alimentação adequada;

Para cada diretriz, foram elencados os programas e ações desenvolvidas no âmbito da Segurança Alimentar e Nutricional no Município.

2. OBJETIVOS E METAS DO PLANO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

2.2 - Objetivo Geral:

Promover ações de caráter social para que sejam propiciadas melhores condições de acesso à alimentação adequada e saudável e para melhor promoção ao DHAA – Direito Humano a Alimentação Adequada.

Diretriz I – Promoção do acesso universal à alimentação adequada e saudável, com prioridade para as famílias e pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional;

Programa/Projeto/Ação	Órgão responsável	Fonte de Recursos
Programa Nacional de Alimentação escolar – continuidade e fortalecimento do programa para a formação de hábitos alimentares saudáveis, por meio da oferta de alimentação escolar e ações de educação nutricional.	Secretaria Municipal de Educação	FNDE/ MEC
Programa Bolsa Família: continuidade do programa que integra o Plano Brasil sem Miséria, por meio da transferência de renda, acesso a saúde, educação e assistência social, sendo que as condicionalidades de saúde reforçam o acesso aos direitos sociais básicos, de modo que as famílias consigam superar a situação de vulnerabilidade.	Secretaria Municipal de Assistência Social	Federal Municipal
Programa Estadual Leite das Crianças: Instituído pela Lei Estadual nº 16.475/2010 como um direito às crianças de 6 a 36 meses de idade, com o objetivo de auxiliar das deficiências nutricionais das crianças. O Programa consiste na distribuição gratuita e diária de leite tipo pasteurizado, enriquecido com Ferro e Vitaminas A e D.	SEED SEDS Secretaria de Assistência social e de Saúde Comitê Gestor Fome Zero	Federal Municipal

Fornecimento de Cesta Básica a usuários da Política de Assistência Social que participam dos programas, projetos e serviços desenvolvidos no CRAS – Centro de Referência de Assistência Social.	Secretaria de Assistência Social	Federal Municipal
---	----------------------------------	-------------------

Diretriz II – Promoção do abastecimento e estruturação de sistemas descentralizados e sustentáveis de produção, extração, processamento e distribuição de alimentos, inclusive os de base agroecológicas;

Programa/Projeto/Ação	Órgão responsável	Fonte de Recursos
Agricultura Familiar no Programa Nacional de Alimentação escolar; Fomento à Agricultura Familiar em cumprimento a Lei Federal 947/2009 do PNAE. Aquisição de Gêneros alimentícios diversificados produzidos pela agricultura familiar e pelos empreendedores familiares	- Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente - Secretaria Municipal de Educação	Federal
Programa de Aquisição de Alimentos - PAA. Instituído pelo artigo 19 da Lei Federal 10.696/2003 promove o acesso à alimentos às populações em situação de insegurança alimentar e promove a inclusão social e econômica no campo por meio do fortalecimento da agricultura familiar.	- Secretaria Municipal de Agricultura e meio Ambiente - Secretaria Municipal de Educação - Secretaria Municipal de Assistência Social	Federal Estadual
Programa Estadual Leite das Crianças instituído por Lei estadual como um direitos de crianças de 6 a 36 meses de idade, com objetivo de reduzir as deficiências nutricionais da população infantil.	Secretaria Municipal de Assistência Social	Estadual Municipal
Feira Livre para comercialização da atividade	Secretaria	Municipal

artesanal e hortifrutigranjeira.	Municipal de Agricultura.	
----------------------------------	---------------------------	--

Diretriz III - Instituição de processos permanentes de educação alimentar e nutricional, pesquisa e formação nas áreas de segurança alimentar e nutricional e do direito humano à alimentação adequada;

Programa/Projeto/Ação	Órgão responsável	Fonte de Recursos
Formação em Educação Alimentar e Nutricional e Boas práticas na Fabricação e aproveitamento integral de alimentos para cozinheiros e serviços gerais.	Secretaria Municipal de Educação	Municipal
Promoção de práticas alimentares e estilo de vida saudável, participação e promoção de eventos para divulgação da Segurança Alimentar e Nutricional.	Secretarias Municipais de Saúde, Educação, Assistência Social, Agricultura.	Municipal
Realizar ações educativas sobre alimentação saudável nas Unidades Básicas de Saúde. Conhecer e disseminar a importância da alimentação saudável na prevenção de doenças.	Secretaria Municipal de Saúde	Municipal

Diretriz IV – Promoção, universalização e coordenação das ações de segurança alimentar e nutricional, voltadas para quilombolas e demais povos e comunidades tradicionais, povos indígenas e assentados da reforma agrária;

Programa/Projeto/Ação	Órgão responsável	Fonte de Recursos
Programa de Aquisição de Alimentos - PAA. Instituído pelo artigo 19 da Lei Federal 10.696/2003 promove o acesso à alimentos às populações em	MDS MDA Estados	Federal

situação de insegurança alimentar e promove a inclusão social e econômica no campo por meio do fortalecimento da agricultura familiar.	Município	
Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. . Programa de crédito que permite acesso a recursos financeiros para o desenvolvimento da agricultura familiar. Beneficia agricultores familiares, assentados da reforma agrária e povos e comunidades tradicionais.	MDA Secretaria Municipal de Agricultura	Federal
Programa Nacional de Alimentação Escolar - Instituído pela Lei no. 11.947/2009 prevê a compra de ao menos 30% dos alimentos provenientes da agricultura familiar.	Secretaria Municipal de Agricultura e Educação	Federal Estadual

Diretriz V – Fortalecimento das ações de alimentação e nutrição em todos os níveis da atenção à saúde, de modo articulado às demais políticas de segurança alimentar e nutricional;

Programa/Projeto/Ação	Órgão responsável	Fonte de Recursos
Fornecimento de alimentação para alunos com restrições alimentares pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar, como doença celíaca, intolerância a lactose, entre outras.	Secretaria Municipal de Educação	Federal Municipal
Fiscalização de estabelecimentos que manipulam, fabricam e comercializam alimentos.	Secretaria Municipal de Saúde, Vigilância Sanitária.	Federal Municipal
Monitoramento da situação alimentar e nutricional por meio do SISVAN	Secretaria Municipal de Saúde	Municipal
Atenção à saúde Materno Infantil: SISPRENATAL e rede de Apoio ao Aleitamento Materno.	Secretaria Municipal de Saúde	Municipal

Programa Saúde na Escola – PSE tem como objetivo contribuir para a formação integral dos estudantes por meio de ações de promoção da saúde, de prevenção de doenças e agravos à saúde e de atenção à saúde, com vistas ao enfrentamento das vulnerabilidades que comprometem o pleno desenvolvimento de crianças e jovens da rede pública de ensino.	Secretaria Municipal de Saúde e Educação	Federal Municipal
Programa de prevenção e controle de carências nutricionais – Programa Nacional de Suplementação de Ferro de Vitamina A.	Secretaria Municipal de Saúde	Federal Municipal
Promoção de Alimentação saudável em grupos específicos: hipertensas e diabéticos, gestantes, crianças, pessoas com doenças crônicas, obesidade, dislipidemias, ações de educação Alimentar e Nutricional.	Secretaria Municipal de Saúde.	Municipal

Diretriz VI – Promoção do acesso universal à água de qualidade e em quantidade suficiente, com prioridade para as famílias em situação de insegurança hídrica e para produção de alimentos da agricultura familiar e da pesca e aquicultura;

Programa/Projeto/Ação	Órgão responsável	Fonte de Recursos
Programa Nacional de Vigilância da qualidade da água para consumo humano – Vigiagua. O Programa fornece subsídios para a estruturação da Vigilância da qualidade da água para consumo humano nas três esferas de gestão do SUS: secretaria de Saúde dos Municípios, estados e Ministério da Saúde. Analisa mensalmente os Relatórios de Controle da Qualidade da Água enviados pelos responsáveis pelo abastecimento coletivo.	Secretaria Municipal de Saúde	Federal

Diretriz VII– Apoio às iniciativas de promoção da soberania alimentar, segurança alimentar e nutricional e do direito humano à alimentação adequada em âmbito internacional e a negociações internacionais;

- Não se Aplica.

Diretriz VIII – Monitoramento da realização do direito humano à alimentação adequada;

Programa/Projeto/Ação	Órgão responsável	Fonte de Recursos
PNAE - Controle de qualidade da alimentação escolar; garantia da oferta de alimentação de qualidade aos alunos; solicitação de amostras dos produtos fornecidos através de licitação; supervisão periódica nas cozinhas escolares; verificação das boas práticas de manipulação de alimentos;	Secretaria Municipal de Educação, Saúde e Vigilância Sanitária	Municipal
Consolidação da Política de SAN no Município	Secretarias Municipais CONSEA e CAISAN municipal	Municipal

CAPÍTULO IV

1. Indicadores Para O Monitoramento E Avaliação Do Plano Municipal De Segurança Alimentar E Nutricional

Definição dos mecanismos de monitoramento e avaliação do Plano

O monitoramento e a avaliação da PMSAN será feito por meio de instrumentos, metodologias e recursos capazes de aferir a realização progressiva do direito humano à alimentação adequada, o grau de implementação de referida política e o atendimento dos objetivos e metas

estabelecidas e pactuadas no Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional. O monitoramento e avaliação deverão contribuir para o fortalecimento dos sistemas de informação existentes nos diversos setores que a compõem e em todas as esferas de governo.

O Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional deve contemplar em sua execução a busca pelo cumprimento do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) e a consolidação da Soberania Alimentar.

A utilização dos diversos indicadores propostos servirá como fonte múltipla para obtenção de um panorama global das ações de segurança alimentar e nutricional, permitindo, desta forma a visualização do status da garantia do DHAA.

A escolha dos indicadores será realizada considerando os seguintes atributos:

- validade: capacidade de medir o fenômeno;
- confiabilidade: qualidade dos dados que servem de base para seu cálculo;
- sensibilidade: condição de captar o que é essencial no fenômeno observado;
- desagregação: o nível territorial a que se refere;
- periodicidade: intervalo de tempo em que o indicador é atualizado.

O Monitoramento e Avaliação deverão contribuir para o fortalecimento dos sistemas de informação existentes nos diversos setores que a compõem e o desenvolvimento de sistema articulado de informação em todas as esferas de governo e contempla as seguintes dimensões de análise:

- I – Renda e condições de vida;
- II – acesso à alimentação adequada e saudável, incluindo água;
- III – saúde, nutrição e acesso a serviços relacionados;
- IV – educação;

I – Renda e condições de vida;

Dimensão/Indicador	Agregação Territorial	Agregação Territorial	Agregação territorial	Periodicidade	Fonte
Índice de Gini: da distribuição do rendimento mensal dos domicílios particulares permanentes, com rendimento.	Brasil e regiões	Paraná e regiões.	Barracão	Anual	PNAD/IBGE
Índice percentual de Extrema Pobreza	Brasil e regiões	Paraná regiões	Barracão	Decenal	IBGE
Razão entre a renda domiciliar per capita média dos chefes de domicílios negros e brancos	Brasil	Paraná	Barracão	Anual	PNDA/IBGE
Taxa de trabalho formal (16 anos ou mais)	Brasil	Paraná	Barracão	Anual	RAIS/TEM
Taxa de emprego formal da população negra	Brasil	Paraná	Barracão	Anual	RAIS/TEM
Taxa de emprego formal de mulheres	Brasil	Paraná	Barracão	Anual	RAIS/TEM
Índice de Desenvolvimento Municipal	-	Paraná	Barracão	Anual	IPDM/ IPARDES

II– Acesso à Alimentação Adequada e Saudável, incluindo a água:

Dimensão/Indicador	Agregação Territorial	Agregação Territorial	Periodicidade	Fonte
Condições de Segurança Alimentar nos domicílios.	Brasil e regiões; sexo, cor ou raça; classe de rendimento domiciliar per capita; situação de domicílio.	Barracão	Anual	Componente Segurança Alimentar PNAD/IBGE
Percentual de gastos das famílias com alimentação total.	Brasil e regiões	Barracão	Anual	PAF/IBGE

Cobertura de abastecimento de água em áreas rurais	Brasil e regiões	Barracão	Anual	PNDA/IBGE
--	------------------	----------	-------	-----------

III – Saúde, Nutrição e Serviços Relacionados:

Dimensão/Indicador	Agregação Territorial	Agregação Territorial	Periodicidade	Fonte
Percentual de crianças menores de 5 anos com baixo peso para idade	Paraná e regiões	Barracão	Anual	SESA-SISVAN
Percentual de crianças menores de 5 anos com déficit de estatura para a idade	Paraná e regiões	Barracão	Anual	SESA-SISVAN
Percentual de crianças menores de 5 anos com excesso de peso para a idade	Paraná e regiões	Barracão	Anual	SESA-SISVAN
Percentual de adolescentes com excesso de peso	Paraná e regiões	Barracão	Anual	SESA-SISVAN
Percentual de adultos com excesso de peso	Paraná e regiões	Barracão	Anual	SESA-SISVAN
Percentual de adultos com obesidade	Paraná e regiões	Barracão	Anual	SESA-SISVAN
Taxa de prevalência de excesso de peso	Paraná e regiões	Barracão	Anual	SESA-SISVAN
Taxa de mortalidade Infantil	Paraná e regiões	Barracão	Anual	MS
Contaminação de alimentos por agrotóxicos % de amostras irregulares	Paraná e regiões	Barracão	Anual	SESA/PARA
Monitoramento da água para consumo humano	Paraná e regiões	Barracão	Anual	SANEPAR

IV – Educação

Dimensão/Indicador	Agregação Territorial	Agregação Territorial	Agregação territorial	Periodicidade	Fonte
Taxa de analfabetismo população	Brasil e regiões	Paraná e regiões	Barracão	Anual	PNAD/IBGE
Distribuição de pessoas com 10 anos ou mais por grupo de anos de estudo	Brasil e regiões	Paraná e regiões	Barracão	Anual	PNAD/IBGE
Média de anos de estudo da população maior de 14 anos por raça e cor	Brasil e regiões	Paraná e regiões	Barracão	Anual	PNAD/IBGE
Percentual de investimento público direto em educação em relação ao PIB	Brasil e região	Paraná e região	Barracão	Anual	PNAD/IBGE
Razão entre taxa de alfabetização de negros e brancos para a população com 15 anos ou mais de idade	Brasil e região	Paraná e região	Barracão	Anual	PNAD/IBGE
Diferença entre média de anos de estudo para a população de 15 anos ou mais de idade de brancos e negros	Brasil e região	Paraná e região	Barracão	Anual	PNAD/IBGE
Índice de Desenvolvimento Municipal – Dimensão Educação	Brasil e região	Paraná	Barracão	Anual	IPDM/ IPARDES

CAPÍTULO V

PERSPECTIVAS E DESAFIOS PARA A POLÍTICA MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL.

As ações de apoio à implantação e o aprimoramento do SISAN – Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, no Município se dará por intermédio das parcerias com o Estado e CONSEAs – Conselhos de Segurança Alimentar e Nutricional, Estadual e Municipal, visando proporcionar resultado de um amplo e participativo processo de conservação que expressa os anseios da sociedade, no que diz respeito à garantia do direito humano à alimentação adequada, na perspectiva da Segurança Alimentar e Nutricional e as necessidades da administração pública para o aperfeiçoamento da gestão intersetorial.

Consolidação da Intersetorialidade e da Participação Social na implementação da Política e do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN, para a realização do Direito Humano à Alimentação Adequada, é um dos princípios destas ações, visto que as ações de Segurança Alimentar e Nutricional perpassa outras políticas públicas.

Na área de Assistência social, no desenvolvimento dos serviços sociassistenciais, o desafio de criar uma metodologia de trabalho intersetorial e uma rede socioassistencial articulada e integrada, visando o acompanhamento e atendimento às famílias em situação de vulnerabilidade e risco social, agravada pela insegurança alimentar e nutricional, ainda é um desafio para o Município.

A integração da política de combate à fome com as políticas de transferência de renda e de assistência social, não se configuram em uma política capaz e eficiente para superar as necessidades básicas do ser humano como um todo, sem o envolvimento de outras políticas públicas.

Assim sendo, o planejamento no Município sobre a Segurança Alimentar e Nutricional deve envolver parcerias permanentes de educação e construção da intersetorialidade, visando superar práticas e ações fragmentadas, que podem levar a não obter um resultado satisfatório, quanto às garantias dos direitos do cidadão.

Neste contexto, o planejamento de políticas públicas municipais devem envolver setores, órgãos envolvendo os CRAS – Centro de Referência de Assistência Social, Saúde, Educação, emprego e renda, agricultura, cultura e lazer, meio ambiente, etc. e setores privados também como setor varejista de alimentos, setor de alimentação fora de casa, indústria, etc., a sociedade civil: cooperativas, associações, entidades comunitárias e religiosas, conselhos, etc.

Nesta perspectiva, é necessário a continuação de ações permanentes de educação alimentar e nutricional nas escolas, envolvendo alunos professores, funcionários, envolvimento da comunidade escolar.

O atendimento à alimentação especial para pessoas conforme ações já descritas nos quadros das ações.

Marco Aurélio Zandoná

Prefeito

Erondi Faé

Vice-Prefeito

Coordenação Geral

Cynthia Nara Perondi Lopes de Góes

Nutricionista

Carmen de Fátima Fiorenza

Presidente CAISAN Municipal

**Câmara Intersectorial de Segurança Alimentar e Nutricional – CAISAN
Municipal**

Titulares:

Flávio Antonio Chitolina

Áurea Spies

Valdinei Batisti

Suplentes:

Bruno Alberto Wagner

Cynthia Nara Perondi Lopes de Góes

Iara de Souza Gnoatto

Elaboração – Comissão CAISAN

Cynthia Nara Perondi Lopes de Góes – Nutricionista - Secretaria de Educação

Carmen de Fátima Fiorenza- CAISAN

Flávio Antonio Chitolina – CAISAN - Secretaria de Agricultura

Bruno Alberto Wagner – COMSEA – Secretaria de Saúde

Conselho Municipal de Segurança Alimentar – COMSEA

Conselheiros Titulares:

Flávio Antonio Chitolina
Aurea Spies
Valdinei Battisti
Carmen de Fátima Fiorenza
Franclei Kovalski
Catia Muller
Ricardo Igor Mello
Elton de Carvalho
Antonio Debona

Conselheiros Suplentes:

Bruno Alberto Wagner
Cynthia Nara Perondi Lopes de Góes
Iara de Souza Gnoatto
Iracema da Silva
Valter Rodrigues dos Santos
Alice Werner
Gelson Luiz Zanella
Damaris de Carvalho
Paulo Cesar Zuquette